

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL –  
TSE,**

**MARCELO RAMOS RODRIGUES (“MARCELO RAMOS”)**, brasileiro, advogado e deputado federal, portador da Cédula de Identidade n.º 1099444-0 SSP-AM, inscrito no CPF sob o n.º 436.347.452-15, com endereço na Avenida Efigênio Salles, n.º 2226, Cond. Greenwood Park, Qd. C, Casa 03, Aleixo, Manaus/AM, CEP: 69060-020, por intermédio de seus advogados infra-assinados (**Doc. 1**), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 1º, §3.º, da Resolução TSE n.º 22.610/2007, propor a presente

---

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE JUSTA CAUSA PARA DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA COM PEDIDO DE LIMINAR**

---

em desfavor de **PARTIDO LIBERAL (“PL”)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.517.423/0001-95, representada pelo seu Presidente Nacional Valdemar Costa Neto, com sede na Q SHS QUADRA 6 CONJUNTO A BLOCO A, SL 903, CENTRO EMPRESARIAL BRASIL 21, Brasília/DF, CEP.: 70.316-102, consoante motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

**I. COMPETÊNCIA**

---

1. De saída, observa-se a competência desse Egrégio Tribunal Superior Eleitoral para se debruçar sobre o caso *sub examine*, conforme se depreende do artigo 2.º da Resolução TSE n.º 22.610/07:

**Art. 2º.** O Tribunal Superior Eleitoral é competente para processar e julgar pedido relativo a mandato federal; nos demais casos, é competente o tribunal eleitoral do respectivo estado.

2. Demonstrada a competência desse Egrégio Tribunal, passa-se a expor os fatos e os fundamentos que justificam a presente ação, a fim de que ao final seja julgada procedente.

## II. A SÍNTESE DOS FATOS

---

3. O Sr. Marcelo Ramos é Deputado Federal eleito para a legislatura de 2019-2022, no Estado de Amazonas, pelo Partido da Liberal (PL), tendo obtido 106.805 (cento e seis mil, oitocentos e cinco) votos.

4. No decorrer do mandato como Deputado Federal, o Sr. Marcelo Ramos exerceu inúmeras atividades partidárias e parlamentares, integrando inclusive a Comissão da Reforma da Previdência e a Comissão Externa de Enfrentamento à **COVID – 19**.

5. Na condição de Deputado Federal, o Sr. Marcelo Ramos sempre se posicionou a favor da saúde, do meio ambiente e da democracia e, nesse contexto, muitas vezes esteve em rota de confronto com o Governo Federal por divergências de atuações políticas.

6. Ao longo do ano de 2021, o Presidente Bolsonaro e seus correligionários atacaram diretamente o Sr. Marcelo Ramos em incontáveis ocasiões, tanto em entrevista quanto em conversa com seus apoiadores, afirmando que este teria aplicado o “golpe de fundão”, quando presidiu a sessão do congresso a respeito do Fundo Eleitoral, e que se qualificaria como “insignificante”.

7. Mesmo com as críticas ao Governo Federal e ao Presidente Bolsonaro, a relação entre o Deputado Marcelo Ramos e o Partido Liberal permaneceram irretocáveis, não tendo havido uma única manifestação da diretiva do partido contrária aos posicionamentos que haviam sido adotados publicamente.

8. Com a filiação do Presidente Bolsonaro ao Partido Liberal e a consequente mudanças de rumos do partido, o Deputado Marcelo Ramos, que até então era respeitado pelo Partido Liberal em suas manifestações, passou a ser visto com descrédito e a ser alvo de perseguição pessoal e política por parte de seus membros.

9. O Presidente Regional do Partido Liberal no Estado do Amazonas, Sr. Alfredo Nascimento, em entrevista concedida após a filiação do Presidente Bolsonaro, afirmou que o Deputado Federal Marcelo Ramos não era mais bem vindo à agremiação e que por isso deveria deixar a legenda (**Doc. 2**)<sup>1</sup>:

Amazonas – Nesta nesta terça-feira (30/11) o presidente regional do Partido Liberal (PL) no Amazonas, Alfredo Nascimento, disse que o deputado federal e vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos, não é mais bem-vindo à legenda.

“Ele vai ter que sair, já que não concorda com a filiação do presidente”, afirmou Alfredo Nascimento. A fala ocorreu após a cerimônia de filiação do presidente Jair Bolsonaro à sigla. Com o presidente da República no PL, demais aliados conservadores devem se filiar ao partido nas próximas semanas.

**Futuro de Marcelo Ramos**

Indagado sobre o futuro do opositor e atual vice-presidente da Câmara, Alfredo deixou claro: “Ele tá fora ! O presidente aqui sou eu”, brandou Alfredo. Além disso o presidente do PL no Amazonas também deu dicas para desmascarar as verdadeiras intenções de Marcelo Ramos e avisou o público a ficar atento. “E ele (Marcelo Ramos) ainda disse que está pensando no Amazonas e no Brasil. Será ? Vamos ver onde ele vai estar, com quem ele vai estar, pra onde ele vai”.

Alfredo também disse que o cargo de vice-presidente da Câmara no congresso também não pertence a Ramos. “O caso do Marcelo é que hoje é vice-presidente da Câmara, mas esse cargo não é dele. É do partido ! Marcelo Ramos está lá porque Bolsonaro ajudou com a escolha da mesa que o colocou”, lembrou Nascimento.

Alfredo Nascimento também disse que as consequências de Ramos insistir em ficar no PL e criar intrigas podem acarretar na perda do próprio mandato como deputado federal e que Marcelo não está numa condição de negociação: “Se ele insistisse pra ficar, eu que teria que sair, o

portalcm7.com

10. Em entrevista ao programa Cara a Cara da CM7, o Presidente Regional do Partido Liberal, questionado sobre se existiria espaço para o Marcelo Ramos no Partido Liberal, voltou a se posicionar: “Não tem volta para mim...Então assim para ele (“Marcelo Ramos”) ficar no PL eu saio” (<https://www.youtube.com/watch?v=0kA3R2xdfgU>).

11. No mesmo sentido, o posicionamento do Coronel Menezes, nome vinculado ao Presidente Bolsonaro, recém filiado do Partido Liberal, o qual afirmou que o Sr. Marcelo Ramos era “irresponsável, leviano e mentiroso”. E, em nova entrevista, datada de 2 de dezembro 2021,

<sup>1</sup> Anexo à presente demanda, seguem outros documentos que evidenciam a existência das situações delimitadas no artigo 22-A e incisos da Lei n.º 9.096/95.

defendeu que o Sr. Marcelo Ramos deveria sair do Partido Liberal e se assumir “esquerdista”. Mais do que isso, afirmou “eu disse que se essa imundice aí tivesse vergonha na cara e valores, que ele não tem absolutamente nada disso, ele já teria saído do partido. Ele fica com esse “mimi” aí pra enganar o povo” (sic):

### **Coronel Menezes chama Marcelo Ramos de imundície e afirma que o deputado federal traiu Alfredo Nascimento**



Em entrevista com o jornalista Alex Braga no programa Fiscaliza Geral, na manhã desta quinta-feira (02), Coronel Menezes comentou sobre o cenário político e falou sobre o deputado estadual Marcelo Ramos, dizendo que o parlamentar deveria sair do Partido Liberal (PL) e se assumir como esquerdista.

Nesta terça-feira (30), o presidente Jair Bolsonaro filiou-se ao PL, mesmo partido do deputado Marcelo Ramos (PL) que é um crítico ferrenho a Bolsonaro. No dia da filiação, Ramos declarou nas redes sociais que “em respeito ao partido que sempre me respeitou e prestigiou, só amanhã me manifestarei sobre as decisões que tomarei após essa filiação”.

12. Foi nesse contexto que o Deputado Marcelo Ramos, em 7 de dezembro de 2021, exatos 7 (sete) dias após a filiação do Presidente Bolsonaro ao Partido Liberal, recebeu notificação encaminhada pelo Presidente Nacional do Partido Liberal, comunicando que a sua permanência no quadro de filiados da agremiação causaria indiscutivelmente constrangimentos de natureza política para ambas as partes **e que por isso manifestava anuência quanto à desfiliação** sem se valer das prerrogativas previstas na Resolução TSE n.º 22.610/07 combinado com o artigo 22-A, inciso II 9.096/95 (Doc. 3).

13. Abre-se um parêntese apenas para grifar que a anuência, a partir da Emenda Constitucional 111/2021, que acrescentou o §6.º ao artigo 17 da Constituição Federal, qualifica-se como uma hipótese constitucional de justa causa para desfiliação partidária que se agrega as demais situações delimitadas no artigo 22-A e incisos da Lei n.º 9.096/95.

14. Além de comprovar a existência de anuência manifestada pelo Partido Liberal, nos termos do Artigo 17, §6.º, da Constituição Federal, os Documentos expostos na presente peça são apenas alguns exemplos das manifestações públicas de divergências políticas e pessoais entre, agora, correligionários do PL e o Deputado Marcelo Ramos, todavia, segue anexo à presente ação, diversos documentos que comprovam o achaque pessoal que o Deputado Marcelo Ramos vem sofrendo por parte dos novos integrantes do Partido Liberal.

15. Assim, o Deputado Marcelo Ramos não visualizou alternativa que não se valer do disposto no artigo 17, §6.º, da Constitucional Federal combinado com o Artigo 22-A, inciso II, da Lei 9096/95, já que legítimo o pedido declaratório de justa causa para desfiliação partidária, em razão da existência de carta de anuência e de grave discriminação política pessoal caracterizada pela existência de fatos certos e determinados que possuem o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação e que revelam situações claras de desprestígio e perseguição.

### III. O MÉRITO:

#### A PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA

---

16. De saída, a partir da inclusão do §6.º ao Artigo 17 da Constituição Federal, sabe-se que a existência de anuência do partido, por si só, qualifica-se como justa causa para desfiliação partidária, conforme se depreende da redação abaixo:

**Art. 17.** É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

**§ 6º** Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, **salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei**, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

17. Como está presente a hipótese constitucional de justa causa (anuência do partido político), a presente ação deverá ser julgada procedente declarando a existência de justa causa para desfiliação partidária.

18. Por outro lado, sabe-se que as hipóteses legais de desfiliação partidária por justa causa estão delimitadas no Artigo 22-A, parágrafo único e incisos da Lei n.º 9.096/95, que assim ensina:

**Art. 22-A.** Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliou, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito.

**Parágrafo único.** Consideram-se justa causa para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses:

**II - grave discriminação política pessoal; e**

19. Para o fim que interessa à presente ação, sabe-se que o TSE teve a oportunidade de afirmar que *“a hipótese de discriminação pessoal que caracteriza justa causa para a desfiliação exige a demonstração de fatos certos e determinados que tenham o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação ou revelem situações claras de desprestígio ou perseguição”* (AgR-RO nº 148-26/AL, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 20.11.2017).

20. Conforme se depreende da síntese, após a filiação do Exo. Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, ao Partido Liberal, o Deputado Marcelo Ramos passou a ser alvo de discriminação política e pessoal no âmbito da agremiação, comprovado por posicionamentos manifestados por dirigentes, filiados e por Ato Oficial do Partido Liberal.

21. Como já manifestado, além dos posicionamentos dos Dirigentes Regionais e de novos filiados, o Deputado Marcelo Ramos recebeu comunicação oficial do Partido Liberal, assinada pelo seu Presidente Nacional, informando que a sua permanência na agremiação seria insustentável e justificaria a sua desfiliação do quadro de filiados, além de fazer constar que a divergência apresentada seria de caráter público e notório:



O Órgão Nacional do Partido Liberal tomou conhecimento das divergências doutrinárias e políticas existentes entre V. Exa. e nossa legenda partidária, o que, no nosso entendimento, torna insustentável sua permanência em nossa agremiação e justificaria sua desfiliação de nosso quadro de filiados.

Em que pese o fato de lamentarmos a manifesta divergência apresentada de caráter público e notório, afirmamos que, em virtude da linha político-partidária de atuação de nossa legenda, sua manutenção em nosso quadro de filiados causará indiscutivelmente constrangimentos de natureza política para ambas as partes.

22. Não só isso, a própria agremiação afirmou expressamente não ter interesse no mandato do requerente, com expressa observância de que não se valeria das prerrogativas previstas na Resolução TSE n.º 22.610/07 combinado com o Artigo 26 da Lei 9.096/95.

Em face de tais considerações manifestamos nossa posição de não utilizar as prerrogativas da Resolução nº 22.610, do TSE c/c o art. 26 da Lei 9.096/95, que trata da fidelidade partidária e consignamos nossa anuência a sua desfiliação, nos termos do exposto no Art. 1º, da Emenda Constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021, que acrescentou o § 6º, ao artigo 17, da Constituição Federal, não postulando perante a Justiça Eleitoral o mandato de Deputado Federal obtido por V. Exa. por expressa vontade do povo do Estado do Amazonas, por motivo de desfiliação partidária, em respeito aos princípios constitucionais, concluindo assim ser incompatível a permanência de V. Exa. no Partido Liberal.

23. Esclareça-se, inclusive, que a referida comunicação já foi abordada pela mídia nacional e é de conhecimento público, já tendo sido noticiado que o Deputado Marcelo Ramos não permanecerá nos quadros de filiados do Partido Liberal.

24. Há que se ter em mente que as previsões constantes na Lei n.º 9.096 e na Resolução TSE n.º 22.610/07 visam assegurar a fidelidade partidária, sendo certo que esta é a *mens legis* dos referidos dispositivos.

25. Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral, na Consulta n.º 277-85.2015.6.00.0000, reiterando o posicionamento de julgados anteriores, afirmou que a jurisprudência da Corte seria firme no sentido de que “a questão alusiva a infidelidade partidária envolve o desligamento voluntário da agremiação” (AgR-AI nº 205-56/RJ, rel. Mm. Arnaldo Versiani, julgado em 9.12.2012).

26. *Mutatis Mutandis*, se o Sr. Marcelo Ramos foi convidado a se retirar da agremiação por ser a convivência insustentável, é evidente que não se pode falar em infidelidade partidária, mas sim em justa causa para desfiliação que fora reconhecida tanto pelo Partido Liberal quanto pelo Mandatário.

27. É inconteste que os posicionamentos aliados à comunicação encaminhada pelo Partido Liberal têm o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação, razão pela qual, por si só, encaixam-se no conceito de discriminação pessoal e autorizam/justificam a filiação do parlamentar a outro partido político sem a perda do direito de exercer o mandato.

28. Evidente, portanto, a existência fatos certos e determinados que têm o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação e que revelam situações claras de desprestígio e perseguição, conforme Artigo 22-A, parágrafo único, inciso II, da 9.096/95.

29. Ante todo o exposto, demonstrada a existência de carta de anuência, a presença de fato certo e determinado que tem o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação e a existência de situação clara de desprestígio, requer-se a procedência da presente ação para que seja declarada a existência de justa causa para desfiliação partidária com fundamento no Artigo 17, §6.º, da Constituição Federal combinado com o Artigo 22-A, inciso II, da Lei 9.096/95.

#### IV. A CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA OU EVIDÊNCIA

---

30. Sabe-se que a concessão de tutela provisória de urgência encontra fundamento no artigo 300 e seguintes do Código de Processo Civil e se verifica pelo preenchimento da probabilidade do direito e do risco de dano:

**Art. 300.** A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

31. Ocorre que a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, em casos correlacionados com o que agora se apresenta e até a promulgação da Emenda Constitucional n. 111 – que acrescentou o Parágrafo 6 ao artigo 17 da Constituição Federal -, vinha entendendo que a concessão da tutela provisória de urgência não seria possível por depender de regular instrução processual, com a observância do devido processo legal, notadamente dos postulados do contraditório e da ampla defesa, que viabilizaria a formação da convicção do órgão julgador sobre a controvérsia estabelecida, seja pela procedência ou não do pedido formalizado.



32. Muito embora não se olvide o posicionamento que vinha sendo reiterado por essa Egrégia Corte, o presente caso está previamente instruído com prova documental apta a demonstrar - de plano – a anuência do Partido Liberal (hipótese constitucional de justa causa, na forma do Artigo 17, §6.º, da Constituição Federal), bem como a presença de fato certo e determinado que possui o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação e que também revela uma situação clara desprestígio e ofensas pessoais (hipóteses legais de justa da causa, conforme artigo 22-A, parágrafo único, da Lei n.º 9.096/95).

33. No que toca à necessidade de se instaurar o contraditório, nota-se que a carta de anuência que instrui a presente demanda foi produzida pelo próprio Partido Liberal e assinada por seu Presidente Nacional, o que por si só revela o posicionamento da agremiação e a impossibilidade de o Sr. Marcelo Ramos permanecer em seus quadros de filiados.

34. Alia-se a isso o fato de a notificação ter sido firmada na véspera do recesso forense, o que invariavelmente impacta na rápida solução da presente demanda como forma de mitigar os danos que já são experimentados pelo parlamentar na relação com os seus eleitores e com os membros de sua agremiação.

35. A probabilidade do direito deriva da carta de anuência encaminhada pelo Partido Liberal em 7 de dezembro 2021 e o risco de dano, por sua vez, da demonstrada impossibilidade de convívio entre o Sr. Marcelo Ramos e a agremiação que ainda integra e pelos reflexos decorrentes da perda de prestígio no âmbito do partido, a qual pode prejudicar a relação do Requerente com seus pares, eleitores e o próprio desempenho das suas funções enquanto parlamentar.

36. Ainda como prova do perigo da demora e da impossibilidade de se esperar a janela eleitoral para a troca de agremiação, nota-se que a nova regra eleitoral veda a coligações partidárias (inovação trazida pela Emenda Constitucional n.º 97/2017), de modo que o ingresso em nova agremiação política para a partição do pleito de 2022 demandaria a formação de chapa:

**Art. 2º** A vedação à celebração de coligações nas eleições proporcionais, prevista no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, aplicar-se-á a partir das eleições de 2020.

37. Como o coeficiente de Deputados Federais no Amazonas é muito alto, o **REQUERENTE** precisaria de tempo hábil para montar a chapa e com isso participar do pleito eleitoral de 2022.

38. Caso se entenda que a hipótese não é de concessão de tutela provisória de urgência com fundamento no artigo 300 e seguintes do Código de Processo Civil, o pedido liminar deve ser analisado sob a ótica da tutela de evidência, com esteio no artigo 311, inciso II, do Código de Processo Civil:

**Art. 311.** A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

39. Sobre a tutela de evidência, ilustrativos são os comentários de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO, 2020):

**Tutela da evidência.** Em comparação com a tutela de urgência, a tutela da evidência igualmente exige a plausibilidade do direito invocado, mas prescinde da demonstração do risco de dano. Vale dizer, o direito da parte requerente é tão óbvio que deve ser prontamente reconhecido pelo juiz.

**Prova documental.** A prova documental a ser considerada deve, antes de mais nada, obedecer aos requisitos do CC 215 a 226. Também deve estar isenta de qualquer eiva de falsidade (CPC 426: documento forjado ou alterado). Além disso, seu conteúdo deve possuir força probante diretamente ligada à questão discutida na ação.

40. No que toca à racionalidade da tutela de evidência com o decurso do tempo para a produção de provas, é interessante trazer ao debate as ponderações realizadas por Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart para quem a regra do ônus da prova não deve ser lida em uma perspectiva meramente estática para ser compreendida em uma perspectiva dinâmica (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO, VOL. IV, 2017):

“Se o fato constitutivo é incontroverso não há racionalidade em obrigar o autor a esperar o tempo necessário à produção da prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos, uma vez que o autor já se desincumbiu do ônus da prova e a demora inerente à prova dos fatos cuja prova incumbe ao réu certamente o beneficia.<sup>11</sup> Assim, a regra do ônus da prova deixa de ser lida em uma perspectiva meramente estática para ser compreendida em uma dimensão dinâmica, em que importa o tempo da instrução probatória. Não só a produção da prova, mas também o tempo para tanto, constituem ônus que devem ser repartidos entre os litigantes”.

41. Trazendo a lição doutrinária para o caso em tela, pode-se afirmar que não há racionalidade em obrigar o Sr. Marcelo Ramos a esperar o tempo necessário à produção de provas dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos, já que instruiu a demanda com prova documental de fato certo e determinado que tem o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação e a presença de situação clara de desprestígio.

42. A própria produção de provas de fatos impeditivos, modificativos e extintivos pelo Requerido, no presente caso, é visto pelo Requerente com uma certa ressalva, já que a impossibilidade de convivência com a agremiação foi firmada pelo próprio Partido Liberal que recomendou a desfiliação partidária do Sr. Marcelo Ramos, firmando anuência na troca de agremiação política sem a perda de mandato.

43. Por fim, caso se entenda pela concessão da tutela de evidência, deve-se decidir o presente caso com fundamento no artigo 311, parágrafo único, do Código de Processo Civil, concedendo-se a tutela de evidência liminarmente, para que seja garantida a desfiliação partidária do Sr. Marcelo Ramos do Partido Liberal.

## **V. CONCLUSÃO E PEDIDOS**

---

Ante todo o exposto, requer-se

- a) Em caráter liminar, a concessão da tutela provisória de urgência, a fim de que, constatada liminarmente a existência de justa causa, seja autorizada a desfiliação partidária do Sr. Marcelo Ramos do Partido Liberal;

- b) Na hipótese de se entender pela impossibilidade de concessão de tutela provisória de urgência, requer-se a apreciação do presente pedido sob a ótica da tutela de evidência, com esteio no que estabelece o artigo 311, inciso II, do Código de Processo Civil;
- c) Concedida a liminar, requer-se a citação do Partido Liberal para, querendo, apresentar contestação nos presentes autos, sob pena de se presumir verdadeiros os fatos articulados na inicial, com fundamento no artigo 4.º, parágrafo único, da Resolução TSE n.º 22.610/07.
- d) Ao final, confirmada a tutela provisória de urgência ou evidência, requer-se a procedência da presente demanda, para que seja declarada a existência de justa causa para a desfiliação do Sr. Marcelo Ramos do Partido Liberal, com fundamento no Artigo 17, §6.º, da Constituição Federal combinado com o Artigo 22-A, parágrafo único, inciso II, da Lei 9.096/95, pois demonstrada a presença de carta de anuência, de fato certo e determinado que tem o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação e a existência de situação clara de desprestígio.

Termos em que se pede e espera deferimento.

Brasília, 20 de dezembro 2021.

**ÂNGELA CIGNACHI BAETA NEVES**

OAB/DF 18.730

**TIAGO GONÇALVES DE OLIVEIRA RICCI**

OAB/SP 235.700

**RODOLPHO OLIVEIRA SANTOS**

OAB/SP 221.100

**MATEUS LEMOS FRANCO DA SILVA**

OAB/SP 376.188